

# **ACESSIBILIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS NA CIDADE DE IGARATÁ – REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA**

Erick Apolinario Roque<sup>1</sup>, Nelson Pincelli Neto<sup>2</sup>, Leandro Lazzareschi<sup>3</sup>, Silvia Regina Matos da Silva Boschi<sup>4</sup>

Estudante do curso de Fisioterapia; erick\_roque92@gmail.com<sup>1</sup>

Estudante do curso de Fisioterapia; n\_pincelli\_neto@msn.com<sup>2</sup>

Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; lazzareschi@umc.br<sup>3</sup>

Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; boschi@umc.br<sup>4</sup>

Área do conhecimento: Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Palavras-chave: Acessibilidade. Escolas. Fisioterapia.

## **INTRODUÇÃO**

A inclusão de portadores de necessidades especiais em escolas de ensino regular é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) sendo considerada o primeiro passo para incluir os portadores de necessidades especiais na sociedade. (ROCHA, LUIZ e ZULIAN 2003). Segundo Amorim *et al*, (1999), a inclusão das crianças portadores de deficiência se depara com grandes barreiras, como a permanência destas no ambiente escolar e a qualidade do ensino, e pode se destacar fatores como: aspectos administrativos, organizacionais, do espaço físico, de rotinas, de práticas da instituição e os processos de formação dos educadores. De acordo com Durce *et al*, (2006), o papel do fisioterapeuta no âmbito escolar é muito importante quando se trata da inclusão de deficientes físicos e de mobilidade reduzida, esse profissional tem como trabalho a eliminação de barreiras arquitetônicas, seleção e adaptação de materiais e mobiliários, criação de condições para que os portadores de necessidades especiais consigam realizar tarefas escolares, tanto na sala de aula como em atividades extraclasse. Boschi *et al*, (2011) em sua pesquisa feita na região do Alto Tietê, observaram que as escolas avaliadas não estão totalmente acessíveis aos portadores de necessidades especiais, e possuem arquitetura ou se localizam em terreno que os excluem do pleno convívio escolar.

## **OBJETIVOS**

Avaliar a acessibilidade para crianças com deficiência em escolas da cidade de Igaratá localizada na região do Vale do Paraíba, assim como identificar os principais problemas relacionados a barreiras arquitetônicas, servir como referência para futuras adaptações em relação à acessibilidade e, também, fazer o levantamento da quantidade de crianças com deficiência nas escolas avaliadas.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo analisou cinco escolas de Educação Infantil e Fundamental da rede pública de Ensino em uma cidade da região do Vale do Paraíba, que possuíam ou não alunos com deficiência. Utilizou-se um questionário adaptado da ABNT-9050, contendo informações quanto ao espaço físico externo e interno da escola e mobiliários. Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Mogi das Cruzes foi realizada uma reunião com a Secretária Municipal da Educação da cidade onde foi feito o estudo, para obtenção da autorização documentada anexada no projeto, explicação dos objetivos e procedimentos da mesma e levantamento dos alunos

com deficiência nas referidas escolas estudadas. Após foi feito o agendamento das visitas, bem como esclarecimentos quanto aos objetivos e proposta do estudo e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o levantamento do número de crianças com deficiência matriculadas em cada escola foi cedido pela Direção de cada escola, sem coleta de nenhum dado pessoal destes alunos. Em seguida, foi realizado o reconhecimento das escolas estudadas e a coleta das medições e anotações que foi efetuada pelos próprios pesquisadores, a direção da escola não teve participação neste processo e apenas autorizou a entrada dos pesquisadores no local e mostrou o espaço físico para realização da coleta dos dados. Foi realizado também o registro fotográfico dos locais estudados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados expressam os dados obtidos durante a observação das cinco escolas participantes deste estudo. A avaliação se deu com a análise das características arquitetônicas dos prédios escolares. Tem-se que 80% das calçadas possuem piso com revestimento antiderrapante, 20% das escolas possuem o revestimento do piso da calçada com superfície regular e estável sem provocar trepidação. A calçada possui inclinação para passagem de cadeira de rodas em 60% das escolas, 20% das calçadas possuem degrau em qualquer inclinação e em 60% delas não foram encontrados obstáculos à circulação de pedestres. Todos os pisos de circulação devem ter superfície regular, firme e estável e antiderrapante não provocando trepidação em cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê (ABNT, 2004), o que mostra que nem todas as escolas estão de acordo com esta norma. Em relação à circulação em espaços externos nas escolas foi constatado que nenhuma das escolas possui piso com revestimento antiderrapante e apenas 20% das escolas possuem piso de circulação externa de superfície regular e estável, verificando-se que grande parte dos prédios escolares encontram-se em desacordo com a regulamentação disposta na ABNT NBR 9050, (2004) em relação aos pisos de circulação externa. Corrêa e Manzini, (2012) em seu estudo que avaliou a condição de acessibilidade em pré-escolas de uma cidade do interior paulista, constatou que em nenhuma delas havia piso antiderrapante, o que vai de encontro com o resultado deste presente estudo. Quanto à existência de escadas nos prédios escolares, tem-se que 40% das escolas possuem escadas nos espaços externos sendo, 100% delas com largura de 200 cm e 50% construídas com corrimão com largura acima de 4,5 cm. A largura mínima admissível das escadas deve ser de 120 cm, e seus corrimãos devem possuir largura entre 3 e 4,5 cm. As escadas devem estar associadas a rampas ou equipamento de transporte vertical (ABNT, 2004), o que não se verifica em nenhuma das escadas existentes nos locais avaliados.

Foi encontrado que em 80% das escolas há rampas para cadeirantes e 50% delas tem largura mínima de 120 cm, em nenhuma das rampas há revestimento de piso antiderrapante, 100% das rampas são protegidas por guarda-corpos e em nenhuma delas existem corrimãos de ambos os lados. A NBR 9050, (ABNT, 2004) aponta e exige que a largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 150 cm, sendo o mínimo admissível 120 cm, quanto aos corrimãos e guarda-corpo, eles devem ser instalados em ambos os lados dessas rampas. Em 20% das escolas foram encontrados banheiros adaptados para deficientes físicos e este tinha barra de apoio para transferência ao lado da bacia. Segundo Tagliari, Três e Oliveira, (2006) os banheiros são de real importância para a permanência das pessoas por períodos longos nas unidades escolares, porém estes se mostram, em sua maioria, inacessíveis.

Verificou-se adequação da disposição das carteiras dos alunos na sala de aula em 100% das escolas, o local de alimentação também se mostra na altura adequada conforme a

ABNT NBR 9050, (2004) em sua descrição normativa. Para Lorenzini, (1992) o primeiro requisito para o bom mobiliário é ajustar a cadeira às dimensões anatômicas do usuário. Com adequação do mobiliário cadeira-mesa estaremos prevenindo as retrações de tecidos moles, as deformidades esqueléticas, estaremos proporcionando condições para uma melhor ventilação pulmonar, e oferecendo condições de melhora de seu tônus postural e de melhora ou manutenção de déficit muscular.

Quanto ao número de crianças com deficiência que estão matriculadas em cada escola, nas escolas 1 e 2 foram encontradas, em cada uma, cinco crianças com déficit intelectual, na escola 3 não há nenhum aluno com deficiência, na escola 4 foi verificada a existência de onze alunos com déficit intelectual, um aluno com deficiência visual e um com deficiência física, na escola 5 há onze crianças com deficiência intelectual e duas com deficiência física, totalizando trinta e seis crianças com algum tipo de deficiência que frequentam as escolas avaliadas. Gallo, Orso e Fiório, (2011) encontraram apenas dezoito alunos com deficiência física que frequentavam as escolas participantes do seu estudo, e salienta que esse baixo número de deficientes nas escolas de ensino regular é reflexo da ausência de acessibilidade destes locais e da falta de preparo dos profissionais que são encarregados de atendê-los.

## **CONCLUSÃO**

Com o presente trabalho pode-se verificar que a maioria das escolas avaliadas não estão em sua totalidade acessíveis para crianças com deficiência ou pessoas com mobilidade reduzida, o que dificulta o acesso à escola para estes indivíduos, prejudicando o processo de inclusão escolar. Apenas uma escola foi construída de acordo com as normas vigentes de acessibilidade. As principais barreiras arquitetônicas encontradas durante o estudo foram: ausência de inclinação para a passagem de cadeiras de rodas nas calçadas (40%); piso irregular que gerava trepidação, tanto na circulação na rua como também na circulação externa das escolas (80%); presença de escadas que não estavam associadas a rampas ou equipamento de transporte vertical (40%); metade das rampas encontradas não tinham largura mínima de 120 cm, também não eram revestidas com piso antiderrapante e sem corrimãos em ambos os lados; verificou-se também a falta de banheiros adaptados na maioria das escolas (80%) e em todas as escolas não foi encontrado bebedouro adequado para portadores de deficiência física. Assim, o presente estudo serve como referência para futuras e necessárias adaptações com o objetivo de adequá-las à regulamentação vigente, como também pode nortear futuros projetos que visem ambientes acessíveis. Verificou-se um número relativamente baixo de crianças com deficiência nas escolas, o que se atribui a falta de preparação do ambiente escolar para recebê-las, conforme citado na literatura.

## **REFERENCIAS**

AMORIM, K.S.; YAZLLE, C.; ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; **Saúde e doença em ambientes coletivos de educação de criança de 0 a 6 anos**, 1999. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/ROSSETTI.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT); NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2. Ed., Rio de Janeiro; 2004.

BRASIL. *Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, v. 248, n. 1, p. 279, 1996.

BOSCHI, S.R.M. S; FARIA T.C. C; TOLENTINO, J.S; HARADA, W.Y; RIBEIRO, C.A. Acessibilidade de crianças portadoras de necessidades especiais em escolas. Castilho-Weinert & Fort-Bellani (Eds), **Fisioterapia em Neuropediatria**; São Paulo; 2011.

CORRÊA, P.M.; MANZINI, E.J; Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas; **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.18, n.2, p.213-230, Abr.-Jun; 2012.

DURCE, K.; FERREIRA, C.A.S.; PEREIRA, P.S.; SOUZA, B.B.. A atuação do fisioterapeuta na inclusão de crianças deficientes físicas em escolas regulares: uma revisão de literatura. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 1, n. 30, p. 156-159, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; Censo Demográfico 2010: **Características gerais da população, religião e pessoa com deficiência**. Rio de Janeiro, p. 71-81, 2012.

LORENZINI M.V.; O papel do Fisioterapeuta em Classe Especial de Crianças Portadoras de Deficiência Física. **Fisioter. Mov.**, v. 4, p. 17-25,1992.

ROCHA, E. F.; LUIZ, A.; ZULIAN, M. A. R. Reflexões sobre as possíveis contribuições de terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar; **Rev. Ter. Ocup. Univ.** São Paulo, v. 14,n. 2, p. 72-8, Mai./Ago., 2003.

TAGLIARI C., TRÊS F., OLIVEIRA S.G..Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar; **Rev. Neurocienc.**; v. 14, n. 1, p 10-014, 2006.